

# PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES EXTRATIVISTAS DA REGIÃO SUDOESTE MATOGROSSENSE, PERTENCENTE À BACIA DO ALTO PARAGUAI - BRASIL

*Profile of extractivist family farmers of the southwest area of Mato Grosso, belonging to the basin of Alto Paraguai - Brazil*

**Maurício Ferreira Mendes<sup>1</sup>**  
**Sandra Mara Alves da Silva Neves<sup>1</sup>**  
**João dos Santos Vila da Silva<sup>2</sup>**  
**Ronaldo José Neves<sup>1</sup>**  
**Tania de Paula da Silva<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>**Universidade do Estado de Mato Grosso**  
**Programa de Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola/Laboratório de Geotecnologias**  
Av. Santos Dumont, s/n - bloco 1, sala 11 - Cidade Universitária - 78200-000 - Cáceres/MT  
mauricio.f3@hotmail.com  
ssneves@unemat.br  
rjneves@terra.com.br  
tanggela@bol.com.br

<sup>2</sup>**Embrapa Informática Agropecuária**  
Av. André Toselo, 209 - Cx. Postal 6041 – CEP: 13083-886 - Campinas/SP  
jvilla@cnptia.embrapa.br

## RESUMO

A agricultura familiar é relevante para a agricultura brasileira, pois disponibiliza parte significativa dos alimentos aos brasileiros. Este trabalho tem como objetivo, traçar o perfil dos agricultores familiares que desenvolvem atividade extrativista na região sudoeste de Mato Grosso, contida na bacia do Alto Paraguai, na perspectiva que as informações subsidiem a proposição de políticas públicas que favoreçam a valorização destes no processo de desenvolvimento regional. Foram identificadas trinta agricultoras extrativistas, distribuídas nos assentamentos: a) Bom Jardim/Furna São José, b) Corixo e, c) Margarida Alves, o que encaminhou a definição do universo de pesquisa a corresponder a 100%. No período de março a junho de 2012 foram coletadas informações através de entrevistas dirigidas por roteiros semiestruturados. Constatou-se que 30% das agricultoras extrativistas são de origem matogrossense, possuindo idade entre 36 a 55 anos, e deste grupo 10% são analfabetas, fato preocupante, pois 76,66% delas estão em idade produtiva. Ocorre em vinte e oito unidades produtivas (lotes), diversificação das atividades produtivas, e em duas unidades praticase exclusivamente o sistema extrativista de produção. A pesquisa evidencia que, apesar da falta de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, as famílias têm conseguido permanecer e sobreviver na terra conquistada.

**Palavras-chave:** Biodiversidade. Extrativismo. Gênero. Pequena produção. Renda.

## ABSTRACT

The family agriculture is important for the brazilian agriculture, because it provides a significant part of food to the brazilians. This composition aims at tracing the profile of family farmers who develop extractivist activity in the southwest area of Mato Grosso, contained in the basin of Alto Paraguai, in the perspective of contributing to the elaboration of productive strategies for the smallholdings and small properties of the area. Thirty extractivist female farmers were identified, distributed in the settlements: a) Bom Jardim/Furna São José, b) Corixo and c) Margarida Alves, what guided the definition of the universe of research to correspond to 100%. Within the period of March and June of 2012 information were collected through interviews driven by semi structured routs. It was found that 30% of

the extractivist female farmers are of Matogrossense origin, aged between 36 and 55, and out of this group, 10% are illiterate, what is a preoccupying fact, once 76,66% of them are in productive age. It occurs in twenty-eight productive units (lots), diversification of productive activities, and in two units it is exclusively practiced the extractivist system of production. The research evidences that, in spite of the lack of public policies that strengthen the family agriculture, the families have been able to stay and survive on the conquered land.

**Keywords:** Biodiversity. Extractivism. Gender. Income. Small production.

## 1 INTRODUÇÃO

Conceitualmente a agricultura familiar está diretamente relacionada aos trabalhadores rurais que exploram a terra com a força do trabalho de sua família, visando a sua manutenção (MEDEIROS e LEITE, 1999). Nesse sentido, a agricultura familiar apresenta um modelo de produção diferenciado ao sistema de monocultura, desenvolvido nos grandes latifúndios, pois a prática da agricultura familiar é a policultura, que exige demanda de mão-de-obra e gera postos de trabalho no campo.

Conforme pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD, 2012) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira: 84% da mandioca, 67% do feijão, 54% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e 58% dos suínos. O exposto, corrobora com a argumentação de Buainain et al. (2003) de que a agricultura familiar é um campo fortemente diverso e importante para o crescimento do Brasil, seja em termos de acesso e manutenção de recursos, geração de alimentos, acesso a comercialização e capacidade de distribuição de renda. Esta diversidade varia de acordo com a região, assim como a área média dos estabelecimentos familiares, que no Brasil é de 26 hectares, e na região centro-oeste a média é de 84 hectares.

De acordo com Ploeg (2009) é substancial a contribuição da agricultura familiar para a produção de alimentos, geração de emprego, conservação dos recursos e desenvolvimento do país.

Em Mato Grosso, predominam as monoculturas extensivas tanto na pecuária como na produção agrícola. Trata-se de um modelo agropecuário com uso intensivo de capital e com máquinas modernas (PUHL, 2006). Na região sudoeste de Mato Grosso há o predomínio da pecuária, coexistindo com as populações dos assentamentos da reforma agrária e as populações tradicionais. Estas últimas vêm ao longo dos tempos acumulando uma gama de saberes acerca dos sistemas agrícolas, aproveitamento de frutos na alimentação, das propriedades medicinais e nutritivas da vegetação, bem como a dinâmica do Cerrado como um todo, e tem influenciado as populações dos assentamentos a desenvolverem a produção extrativista.

Assim, observa-se que a produção florestal brasileira somou 14,7 bilhões de reais em 2010, desse total 38% originam-se do extrativismo vegetal de produtos coletados em vegetações nativas. Sendo o que mais se destacou em 2010 foi o açaí com R\$ 179 milhões, cuja ocorrência maior é no bioma Amazônia, seguido do babaçu com 154,8 milhões que ocorre no bioma Cerrado (IBGE, 2012).

Pode-se afirmar que o extrativismo praticado pelos agricultores familiares, não é mera coleta, mas se insere num conjunto mais amplo de relações econômicas, sociais e culturais que as unidades familiares estabelecem com o mercado, com a sociedade e com a natureza (REGO, 1999). Tais ações permitem às famílias viverem com dignidade na terra conquistada, pois possibilita uma qualidade de vida melhor em função não só da alimentação com os frutos do Cerrado, mas também com o poder de compra que aumenta, devido à renda adquirida com a venda dos produtos extrativistas. Diante do exposto, o objetivo desse estudo é traçar o perfil dos agricultores familiares assentados que desenvolvem a atividade extrativista na região sudoeste do estado de Mato Grosso,

contida na bacia do Alto Paraguai, na perspectiva que as informações subsidiem a proposição de políticas públicas que favoreçam a valorização destes no processo de desenvolvimento regional.

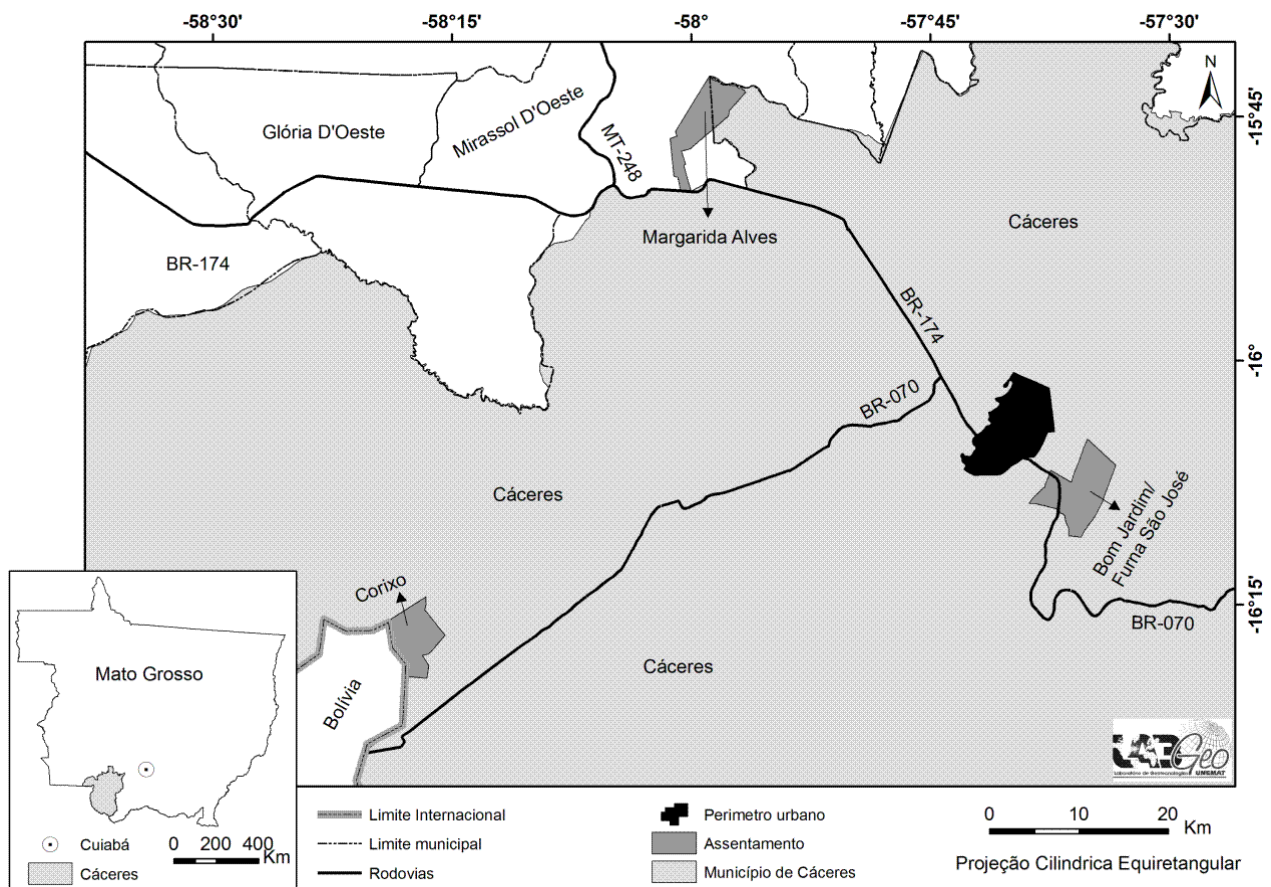
## 2 MATERIAL E MÉTODOS

### 2.1 Área de estudo

Os assentamentos Bom Jardim/Furna São José, Corixo e Margarida Alves (figura 1), estão localizados na mesorregião Alto Pantanal e integram a região sudoeste matogrossense de planejamento (MATO GROSSO, 2008).

O assentamento Bom Jardim/Furna São José criado em 1998, está localizado no município de Cáceres, distante da sede municipal 20 km. Possui 40 famílias distribuídas em lotes que variam de 10 a 40 hectares. As principais atividades econômicas são: agricultura (mandioca, banana e milho) criação de pequenos animais (galinha, porco e etc.) e extrativismo do cumbaru (*Dipteryx alata*), cujo aproveitamento é realizado na unidade de processamento edificada pelas agricultoras.

O assentamento Corixo, composto por 72 famílias de agricultores distribuídos em lotes de 40 hectares, está localizado no município de Cáceres, a 90 km da cidade e foi criado pelo INCRA em 2002. As principais atividades econômicas que as famílias assentadas desenvolvem são a pecuária leiteira e as culturas anuais como feijão, milho e arroz. Em 2006, as agricultoras começaram a investir no extrativismo a fim de melhorar a alimentação e posteriormente gerar renda complementar para as famílias. Atualmente o assentamento possui uma unidade de processamento do pequi (*Caryocar brasiliense*), que produz alimentos que são distribuídos nas unidades escolares próximas ao assentamento.



**Figura 1:** Localização dos assentamentos rurais investigados: Bom Jardim/Furna São José, Corixo e Margarida Alves.

**Fonte:** LABGEO/UNEMAT, 2012.

O assentamento Margarida Alves foi criado em 1996, situado nos municípios de Mirassol D'Oeste e Cáceres, é composto por 145 propriedades de 25 hectares cada. Foi organizado pelo Movimento dos Sem Terra (MST). O uso predominante da terra é por pastagens, que sustenta a atividade leiteira. O assentamento possui uma unidade de processamento do babaçu (*Orbignya speciosa*), que gera produtos alimentícios e contribui com a segurança alimentar, bem como complementa a renda das famílias.

A vegetação predominante no município de Cáceres e entorno é a Savana (Cerrado). O clima, segundo classificação de Köppen, é Tropical quente e úmido, com inverno seco (Awa). A temperatura média anual é de 26,24 °C., a temperatura média mensal mais alta ocorre no mês de outubro (28,01 °C) e as médias mensais mais baixas nos meses de junho e julho, 23,39 e 23,36 °C, respectivamente. A precipitação total anual é de 1.335 mm. O período de maior concentração pluvial média ocorre de dezembro a março e período de maior estiagem ocorre de junho a agosto. A evapotranspiração potencial média é de 1.650,55 mm (NEVES et al., 2011).

O IDH do município de Cáceres é de 0,737 e o de Mirassol D'Oeste é de 0,739, apresentando estes algumas características em comum, tais como: baixo nível de desenvolvimento social e econômico, prevalência da agropecuária tradicionalista, inúmeros assentamentos rurais e pequenos produtores. A população regional é constituída por descendentes de povos nativos, brancos e negros, constituindo grupos miscigenados, assim permanecendo durante várias décadas (PNUD, 2012).

Considerando essas características sociais e as potencialidades locais, o Zoneamento Sócio Econômico Ecológico de Mato Grosso – ZSEE/MT (MATO GROSSO, 2008) definiu alternativas diferenciadas de uso e ocupação do território na região sudoeste matogrossense, de modo a recuperar e conservar o ambiente e investimentos para fortalecer a região como um importante centro de serviços, agroindustrialização das cadeias produtivas, expansão do turismo com aproveitamento do grande potencial de belezas cênicas e fortalecimento e diversificação da pequena e média produção familiar.

## 2.2 Procedimentos metodológicos

A identificação dos agricultores familiares extrativistas dos municípios da região sudoeste contidos na bacia do Alto Paraguai ocorreu através de visitas às associações formais e não-formais dos agricultores, organizações governamentais e não governamentais e locais de comercialização dos frutos e derivados. Os agricultores identificados, distribuídos em três assentamentos foram convidados a participar da pesquisa. Com o aceite do agricultor, foi solicitada a adesão ao termo de consentimento livre e esclarecido.

O delineamento utilizado para a realização desse trabalho foi o estudo de caso, conforme sugerido por Yin (2010). A posição teórica que norteia este estudo foi à linha de pensamento de Sachs (2009), que coloca como eixos da proposta de um desenvolvimento sustentável, um mundo com oportunidade de trabalho para todos, inclusão social, políticas públicas, distribuição de renda, igualdade, equidade e solidariedade. Propõe que o objetivo maior do desenvolvimento seja a promoção da igualdade e a maximização das vantagens daqueles que vivem nas piores condições, reduzindo a pobreza, contraditoriamente desnecessária, no nosso mundo de abundância.

No período de março a junho de 2012 foram realizadas entrevistas dirigidas por roteiro de pesquisa semiestruturados contendo questionamentos relativos às variáveis sociais e econômicas (origem, idade, sistema de produção praticada, mão-de-obra na família, renda geral e extrativista, entre outros) junto a trinta agricultores familiares, sendo dez agricultores no assentamento Bom Jardim/Furna São José, dez no Corixo e dez no Margarida Alves. Cabe informar que o universo de pesquisa reflete o número total de agricultores que desenvolvem a atividade extrativista nos assentamentos rurais da região sudoeste, ou seja, a amostra foi de 100%.

Foi utilizado o aparelho GPS (Sistema de Posicionamento Global) de navegação para georeferenciamento da propriedade, tendo como marco de referência a residência do agricultor, havendo na sequência o registro fotográfico.

No laboratório de Geotecnologias da UNEMAT – LABGEO UNEMAT os dados coletados foram inseridos no Banco de Dados Geográficos – BDG, em ambiente SIG, mais especificamente no ArcGis, versão 9.2, da Esri. Posteriormente, foram elaboradas as cartas-imagem de cada assentamento, localizando as unidades produtivas (lotes) visitadas.

Os dados quantitativos foram tabulados e realizadas as estatísticas descritivas (média, mediana, desvio padrão, variância, mínimo e máximo) no programa R, versão 2.1.13, em seguida foram geradas tabelas e gráficos que possibilitaram tecer as análises e discussão.

Esta pesquisa foi submetida à análise no Comitê de Ética da Universidade do Estado de Mato Grosso obtendo o deferimento para sua execução (Parecer CEP UNEMAT n° 055/2012).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trinta agricultores familiares selecionados que trabalham diretamente com a produção extrativista de frutos nativos são do gênero feminino, desenvolvendo todas as etapas produtivas da atividade, ou seja, desde a coleta até a comercialização como forma de complementar a renda da unidade produtiva (lote). Além do extrativismo de frutos nativos, as agriculturas produzem cereais, farinhas e hortaliças para o auto-consumo e cuidam de pequenos animais como porcos e galinhas. Fato este interessante, pois no Brasil é frequente a percepção do trabalho na agricultura familiar como atividade masculina, mas na execução da atividade extrativista na região sudoeste matogrossense são as mulheres que desempenham um papel decisivo de liderança relacionada à produção e ao manejo dos recursos naturais (PACHECO e CARDOSO, 2005).

A atuação feminina também é forte no contexto da agricultura familiar, entretanto, pode-se atribuir o fato destas não aparecerem como tal nas estatísticas, de acordo com o Jalil (2009) a falta de documentos é um das causas, uma vez que 40% da população rural não possui qualquer documentação e, desse total 60% são mulheres, o que corresponde a 15 milhões de trabalhadoras rurais que não tem acesso a políticas públicas, sendo a maior parcela de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e sujeitas a fome.

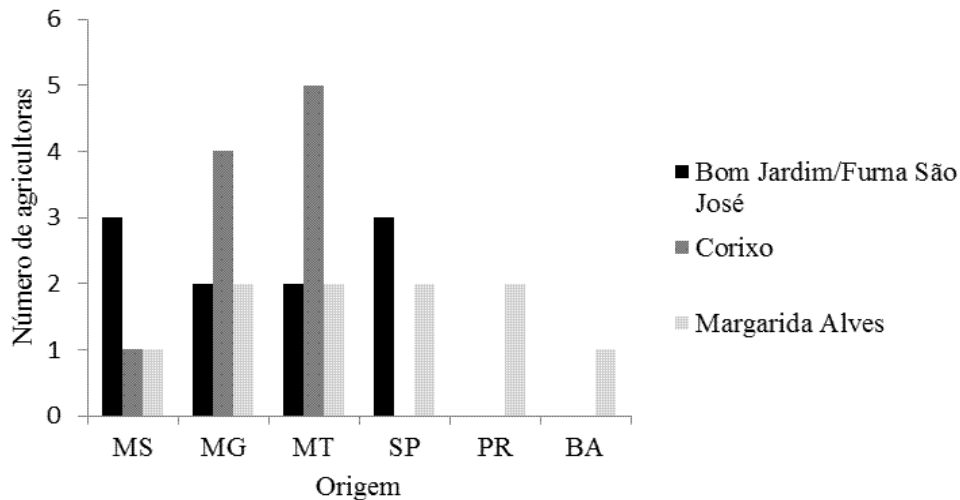
As agricultoras extrativistas do assentamento Bom Jardim/Furna São José coletam o cumbaru (*D. alata*), no Corixo a matéria-prima é o pequi (*C. brasiliense*) e no assentamento Margarida Alves a coleta é do babaçu (*O. speciosa*) com o objetivo de gerar renda complementar e melhorar a alimentação. O trabalho em horas médias de um dia de coleta no assentamento Bom Jardim/Furna São José é de 4,4 horas, no Corixo 5,6 horas e no Margarida Alves 6,5 horas. Cerca de 70% das agricultoras possuem áreas de coleta dos frutos em suas próprias unidades produtivas (lotes), as demais coletam os frutos nos lotes vizinhos ou em fazendas próximas. Além dos frutos citados, as agricultoras coletam ainda mangava (*Hancornia speciosa*), jatobá (*Hymenaea stignocarpa*) e cagaita (*Eugenia dysenterica*) no entanto, exclusivamente para a alimentação.

Tomando como exemplo de análise o babaçu, em um dia de trabalho de oito horas e tendo como produto os flocos, esta atividade tem o potencial de gerar uma renda de R\$ 36,24/dia, que pode ser considerado vantajoso quando comparado ao valor pago na região para um dia de trabalho de roçado em pasto ou corte de cana que é de R\$ 25,00 e para os que recebem o salário mínimo vigente, que é de R\$ 20,73. O babaçu, que foi tomado como exemplo, por se configurar como uma das principais fontes de renda de 400.000 mil famílias no Pará, Maranhão e Piauí, que coletam o coco e extraem as amêndoas para produção de óleo artesanal, configurando a categoria das quebradeiras de coco de babaçu, reconhecida oficialmente pelo governo (BIONDI et al., 2008).

Na área estudada, região sudoeste matogrossense, contida na BAP, para o desenvolvimento de todas as atividades da propriedade, uma média de 2,3 pessoas servem como mão-de-obra por família, em cada unidade produtiva (lote). Porém, em uma propriedade foi citada a utilização de

mão-de-obra externa, essa força de trabalho é empregada temporariamente quando os integrantes da família não são em número suficiente para realizar todo o serviço. De acordo com Finatto e Salomoni (2008) a média de pessoas inferior a três, trabalhando em cada propriedade pode ser considerada baixa, uma vez que as pessoas envolvidas executam as etapas demandadas pelo processo produtivo (atividades agrícolas, pecuária e extrativismo).

Quanto à origem numa análise geral, verifica-se que a maioria (30%) das agricultoras é natural do estado de Mato Grosso, seguido de Minas Gerais com 26,66% e Mato Grosso do Sul e São Paulo, ambos com 16,66% (Figura 2).



**Figura 2:** Origem dos agricultores familiares extrativistas por assentamento rural.

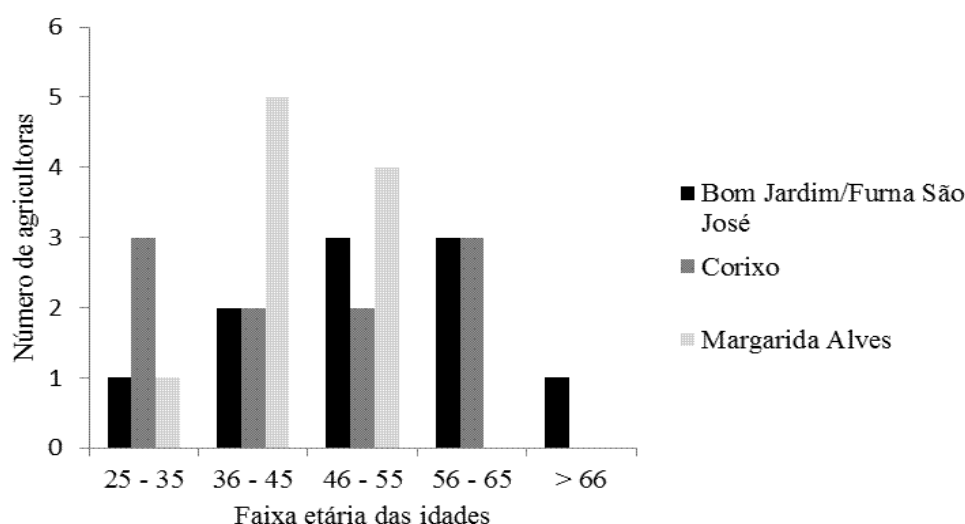
Quando se observa por assentamento, constata-se que a maior diversidade relativa à origem das agricultoras ocorre no Margarida Alves e a menor no Corixo, isto pode ser explicado porque o assentamento Margarida Alves está localizado a 20 km da cidade de Mirassol D'Oeste, cidade que tem maior parte da população oriunda de outros estados principalmente do sul e sudeste do Brasil (MATO GROSSO, 2008), devido ao Programa Polonoroeste (1980-1988) que contribuiu para acelerar a apropriação capitalista da terra e para o aumento do fluxo migratório de colonos que se dirigiam aos projetos de colonização implantados ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém-PortoVelho (MORENO e HIGA, 2005: 42).

Quanto a menor diversidade no assentamento Corixo, provavelmente se deve as condições precárias de infraestrutura como, por exemplo, a falta de água, fazendo com que muitas famílias acabem abandonando o assentamento. Das agricultoras investigadas, 76,66% tem origem rural, ou seja, moravam e trabalhavam antes no meio rural.

Em relação à faixa etária das agricultoras, dois grupos predominaram com 30% cada, o primeiro de 36 a 45 anos e o segundo de 46 a 55 anos, seguido da faixa-etária de 56 a 65 anos com 20%. Dessa forma, pode-se constatar que a maioria das agricultoras se encontra em idade produtiva, uma vez que 76,66% possuem idade de 25 a 55, justamente nessa faixa etária é que a força de trabalho é bastante significativa no campo (SIMÕES, 2006). No dimensionamento, foi encontrada apenas uma agricultora com idade superior a 65 anos (Figura 3).

Neste caso em tela, está em curso o processo de envelhecimento no campo, pois tais agricultoras conseguem a terra numa idade mais avançada, o que dificulta a lida e a vida no lote. Além do abandono do campo por parte dos jovens, filhos e filhas de agricultoras que vão para as cidades para dar continuidade aos estudos e/ou em busca de oportunidades de trabalho, 34% dos filhos das agricultoras continuam morando nos assentamentos. Além disso, outros fatores contribuem para que os filhos não estejam ou permaneçam trabalhando com suas famílias relacionam-se ao tamanho das propriedades, que são pequenas, em média 29,13 ha, a falta de

mecanismos para aumentar a renda, pelo desfavorecimento da política agrícola e também, devido ao fato dos jovens buscarem novos horizontes e tentarem construir sua vida em outro local (PETINARI et al., 2008). As agricultoras têm em média no assentamento Bom Jardim/Furna São José 3,2 filhos, no Corixo 3,2 e no Margarida Alves a média é de 3,3 filhos por casal. Média esta de filhos pode ser considerada acima da média mínima necessária para lidar com um minifúndio, pois no município de Cáceres de acordo com a Instrução Especial do INCRA n. 20/1980 o módulo fiscal é de 80 ha e em todos os assentamentos a área dos lotes são inferiores ao valor de um módulo fiscal, sendo totalizados em média 29,13 hectares.



**Figura 3:** Faixas etárias das idades das agricultoras familiares extrativistas.

Essas constatações sugerem questões para a elaboração de políticas públicas que variam segundo o enfoque analítico adotado. De um lado, para os que avaliam a agricultura familiar pela perspectiva de sua contribuição econômica para a reprodução familiar ou para o mercado, não haveria sentido em fomentar a produção agrícola que não estaria incrementando a renda familiar. De outro lado, sob a ótica da multifuncionalidade, o desempenho da agricultura seria avaliado pelo conjunto de funções a ela atreladas, mas que não estariam restritas ao âmbito exclusivo da produção. Em outras palavras, esse olhar exige ampliar o foco de interesse para outros planos como a forma de ocupação social do espaço agrário além da dimensão social, cultural e ambiental da produção agrícola (CARNEIRO e MALUF, 2005).

O nível de escolaridade das agricultoras é bastante variável e o analfabetismo é de 10%, situação que pode ser considerada preocupante, uma vez que supera a taxa nacional que em 2010 foi de 9,6%, da região centro-oeste foi de 7,2%, do estado de Mato Grosso que foi de 8,03% e a dos municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste que foram de 8,5% e 9,7%, respectivamente (IBGE, 2010). Tais dados indicam que a questão da educação no campo ainda é um problema a ser resolvido. Considerando que há no campo um grande número de famílias que, por razões adversas, não conseguem completar a educação básica. As agricultoras sem alfabetização integram a faixa etária de idade de 56 a 64 anos.

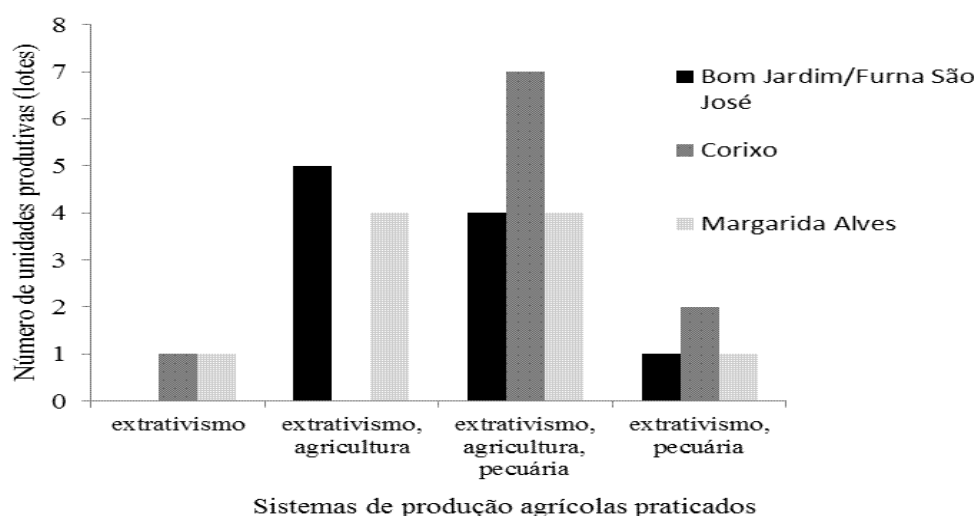
Cerca de 50% do grupo possui Ensino Fundamental incompleto, seguido de Ensino Fundamental completo com 16,66%. Vale ressaltar que nos três assentamentos foi encontrada somente uma agricultora com Ensino Superior completo. Pode-se concluir que o nível de escolaridade das agricultoras é baixo, embora todas as crianças e adolescentes que compõem o grupo familiar de base extrativista em idade escolar frequentam a escola regularmente.

A opção mais sábia, portanto, é trabalhar as questões de gênero, de idade e de escolaridade dentro da unidade familiar, em vez de passar por programas estanques que facilmente ignoram a relação entre os papéis e as necessidades dos membros das famílias. Obviamente, há especificidades

que exigem atividades dirigidas a membros específicos da família, mas estas devem surgir de decisões tomadas pela família, após uma discussão cuidadosa sobre suas necessidades e possibilidades comuns. Deve ser evitada qualquer concorrência entre membros de uma família que possa perturbar a distribuição do trabalho no agroecossistema como um todo (WEID, 2005).

Quanto aos sistemas de produção, na escala de um estabelecimento agrícola, podem ser definidos como uma combinação dos recursos disponíveis para obtenção das produções vegetais e animais. Podendo ser concebido como uma junção coerente de diversos subsistemas produtivos, como os sistemas de cultura das parcelas ou de grupos de parcelas de terra, sistemas de criação de grupos de animais, e eventualmente de extrativismo ou de processamento de produtos (INCRA/FAO, 1999).

Relativo aos sistemas produtivos os principais encontrados nos três assentamentos estudados foram: extrativismo, agricultura e pecuária. Sendo que 50% das agricultoras praticam extrativismo, agricultura e pecuária; 30% extrativismo e agricultura; e 13,33% extrativismo e pecuária. Apenas duas famílias praticam somente o extrativismo (Figura 4).



**Figura 4:** Sistemas de produção praticados nas propriedades com atividade extrativista nos assentamentos investigados.

Como se pode observar, 93% das famílias das agricultoras praticam mais de um sistema de produção nas unidades produtivas (lotes), diversificando seus sistemas. Essa diversidade existe mesmo quando se considera a agricultura familiar ou um grupo de assentados, pois nem todos apresentam o mesmo nível de capitalização, a mesma forma de acesso a terra, aos recursos naturais, aos financiamentos e aos serviços públicos, e tampouco o mesmo modo de se organizar e de se relacionar com os outros agentes sociais, etc. Somente com a diversificação dos sistemas é que o agricultor familiar consegue sobreviver (INCRA/FAO, 1999). Portanto, ressalta-se a importância da diversificação dos sistemas de produção no campo como estratégia das famílias para resistirem e se reproduzirem enquanto agricultor familiar.

No desenvolvimento rural sustentável é necessário fortalecer uma categoria básica que são os agricultores familiares. Existem vários estudos que mostram que países que atingiram os mais altos níveis educacionais, de esperança de vida e de renda real *per capita* optaram pela reforma agrária, fortalecendo uma agricultura baseada no trabalho familiar, enquanto os países como os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) contam com o predomínio da agricultura patronal e do latifúndio improdutivo (BIANCHINI, 2005).

Apesar das diversas vantagens da manutenção de sistemas agrícolas diversificados, nas últimas décadas têm sido marcadas pela tendência de simplificação e padronização da agricultura, em decorrência de efeitos da rápida e ampla disseminação do modelo técnico-científico da Revolução Verde. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e



Alimentação (FAO/ONU) em seu informe para o Dia Mundial da Alimentação de 2004, ao longo do século XX, cerca de três quartos da diversidade genética dos cultivos agrícolas no mundo foram perdidas (ANA, 2007).

Em relação à área física das unidades familiares, verifica-se que a menor área mapeada possui 11 hectares e a maior 42 hectares, tendo como tamanho de área média 29,13 hectares nos estabelecimentos familiares de base extrativista da região sudoeste matogrossense pertencentes à BAP. O tamanho da área é uma característica importante na produção de base extrativista, uma vez que nestes ambientes está disponível a matéria prima com que as agricultoras extrativistas trabalham, realizando os processos de catação, transporte, processamento, comercialização e consumo, o que ajuda a complementar a renda da familiar (MEDAETS et al., 2006).

Além disso, os frutos nativos contribuem na segurança alimentar, pois apresentam nutrientes, por exemplo, o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o pequi (*C. brasiliense*) tem alta concentração de betacaroteno, que se transforma em vitamina A no organismo humano, e o jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*) é rico em cálcio, importante para os dentes e ossos. Esses frutos do bioma Cerrado representam um banco de nutrientes, principalmente para a população da área rural (VIEIRA et al., 2006).

A renda média geral foi de R\$729,67 por mês nos assentamentos estudados, enquanto a renda média do extrativismo foi de aproximadamente R\$252,67 por mês. Pode-se perceber que quanto mais próximo à cidade o assentamento estiver localizado, maior será a renda, e quanto mais distante menor a renda. Essa afirmação parte da análise de que no assentamento Bom Jardim/Furna São José a renda obtida através do extrativismo foi de R\$280,00 por mês estando este distando 20 km da sede do município, enquanto que no assentamento Corixo, que se localiza a 90 km da cidade, a renda foi de R\$230,00 por mês. No assentamento Margarida Alves, a renda obtida através do extrativismo por mês foi de R\$248,00, estando este distante 50 km da cidade de Cáceres e 20 km da cidade de Mirassol D'oeste. Outro fator que interfere diretamente na renda obtida são os valores cobrados pelo transporte dos produtos, considerando que as agricultoras pagam pelo serviço (tabela 1).

**Tabela 1:** Estatísticas descritivas das variáveis: renda geral e renda extrativista por mês das agricultoras familiares extrativistas no ano de 2011.

Varáveis analisadas	Renda Geral (R\$)/mês		
	São José	Margaridas	Corixo
Média	752,00	755,00	682,00
Mediana	550,00	600,00	560,00
Desvio padrão	520,615	470,490	293098,00
Variância	271010,000	221361,111	85906,667
Mínimo	300,00	400,00	400,00
Máximo	2000,00	2000,00	1200,00

Varáveis analisadas	Renda Extrativista (R\$)/mês		
	São José	Margaridas	Corixo
Média	280,00	248,00	230,00
Mediana	280,00	250,00	230,00
Desvio padrão	0	58,080	0
Variância	0	3373,333	0
Mínimo	280,00	150,00	230,00
Máximo	280,00	350,00	230,00

**Fonte:** Dados da pesquisa elaborados com base no trabalho de campo nos assentamentos, 2012.

As variáveis referentes à renda extrativista mostram que o menor valor aferido foi de R\$ 150,00 e o maior de R\$ 350,00 mês, quantias estas que contribuem para aumentar a renda média geral das famílias, que em 2011 oscilou de R\$ 682,00 a 755,00. As análises de desvio padrão e variância foram zero para a renda extrativista nos assentamentos Bom Jardim/Furna São José e

Corixo porque os valores dessas rendas foram fixos no ano de 2011 sendo R\$ 280,00 e R\$ 230,00 respectivamente nesses assentamentos.

De modo geral, os maiores valores de renda são derivados da produção de culturas como: mandioca, milho, banana, arroz, feijão e abóbora, além da venda do leite para laticínios da região e complementada pelo extrativismo. Marafon e Ribeiro (2006), explica que esse processo é chamado pluriatividade, ocorre em unidades produtivas multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração. Contudo, deve-se refletir acerca da aplicação da noção de multifuncionalidade da agricultura que implica, em elaborar estratégias políticas fundadas em novos princípios orientadores das relações entre o econômico, o social e os processos biotécnicos, de maneira que os fins econômicos não sejam formulados e avaliados independente dos resultados sociais e ambientais almejados. A articulação entre essas três dimensões seria uma exigência e, ao mesmo tempo, um resultado de programas sustentados em uma abordagem multifuncional da agricultura (CARNEIRO E MALUF, 2005).

Ainda em relação à renda obtida pelos assentados, cabe destacar as dificuldades de sua mensuração, isso devido à combinação de diferentes atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos, as produções de auto-consumo e, também, pela renda de benefícios advindos da previdência social, do trabalho externo ao lote e, em algumas situações, da renda das associações formadas nos assentamentos investigados (MEDEIROS e LEITE, 1999).

A atividade extrativista foi o meio encontrado pelas agricultoras para complementar a renda geral da unidade produtiva (lotes) e iniciar o processo visando reverter à situação econômica difícil em que se encontravam. Foi através da realização de oficinas sobre manejo e aproveitamento de frutos do Cerrado realizados pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres (STTR) que surgiu a iniciativa do trabalho coletivo/cooperativo com os frutos do Cerrado.

As oficinas possibilitaram que as agricultoras refletissem sobre a necessidade da sua organização para geração complementar de renda, via produção e comercialização de produtos derivados dos frutos do Cerrado. Segundo 87% das agricultoras, uma das principais dificuldades é a falta de financiamento para a produção, uma vez que elas não contam com capital de giro.

Ressalta-se que a comercialização é um desafio para a agricultura familiar, nesse aspecto Pandolfo (2008) destaca dentre os problemas, a necessidade de se vender produtos com preços baixos para sustentar uma estratégia perversa de industrialização; legislações inadequadas voltadas para atender interesses das grandes indústrias e desqualificar o produto artesanal; e a inexistência de instrumentos de inclusão nos mercados. Esses e outros elementos tornaram a agricultura de base familiar dependente de políticas assistencialistas, causando desde o endividamento até o comprometimento da sucessão da unidade de produção.

Em relação à comercialização é importante destacar que as agricultoras possuem mais de um canal de comercialização, porém 90% da produção são destinados para o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através do Compra Antecipada da Agricultura Familiar. Os outros 10% são para venda no próprio assentamento, comércio nas cidades e feiras livres, portanto a comercialização é uma das principais dificuldades apontadas pelas agricultoras familiares extrativistas, uma vez que dependem quase que na sua totalidade do governo para escoar sua produção, não tendo outros canais de comercialização. Pode-se perceber que há excedente que pode ser comercializado a parte, sem o comprometido com a PAA e do utilizado na alimentação das famílias.

No Brasil, parece haver uma percepção que se encaminha para um consenso entre estudiosos, formuladores de políticas públicas e atores sociais no sentido de que está em andamento um processo de transformação estrutural da agricultura e do espaço rural e que já não é mais possível reduzir um ao outro. Também já é amplamente aceita a ideia de que o Estado precisa descentralizar suas iniciativas e conferir cada vez mais proeminência aos atores de base da

sociedade civil, quer seja os entes federados locais (prefeituras), movimentos sociais, ONGs e demais instituições locais, valorizando sua participação nos processos de implementação e gestão das políticas (SCHNEIDER, 2005).

Historicamente, no Brasil, as políticas voltadas para a agricultura têm priorizado o grande empreendimento agropecuário, sendo seu sucesso medido em termos da quantidade produzida, sem levar em conta os efeitos negativos deste modelo tanto no que se refere à expulsão massiva da população rural para as periferias dos centros urbanos, quanto no que se refere ao desgaste ambiental provocado pelo uso intensivo de agrotóxicos e pelo desmatamento de grandes áreas (CARNEIRO e MALUF, 2005).

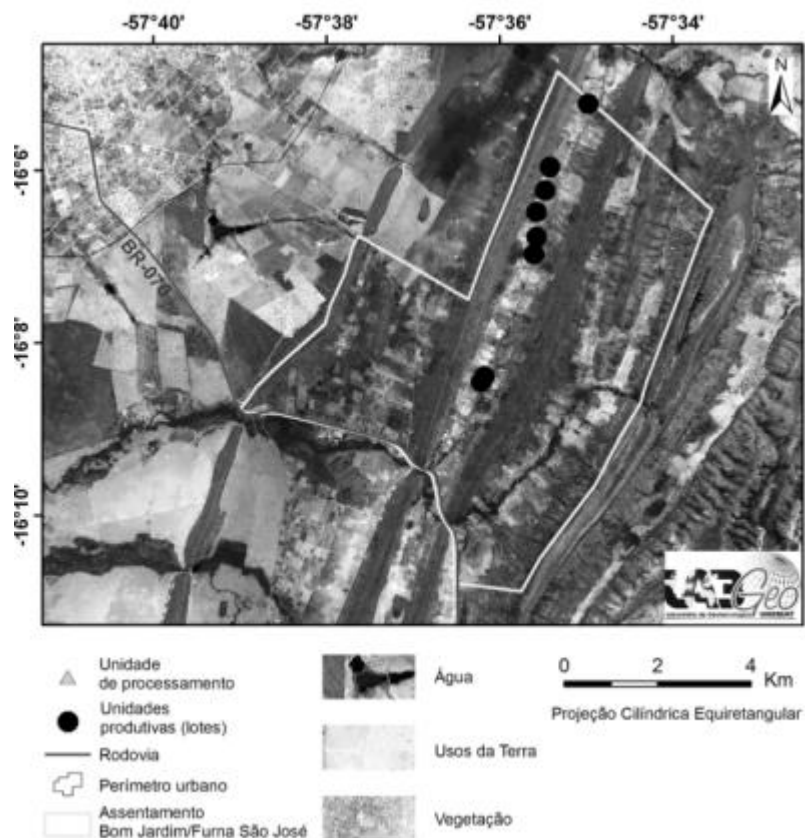
Ainda segundo mesmo autor (*op. cit.*), o modelo alternativo apresentado por ocasião da criação do Pronaf, ainda que sustentado na forma familiar de produção, foi dominado por uma visão centrada na relação dos agricultores com a produção mercantil. Assim, privilegiou-se aqueles produtores considerados “viáveis” economicamente, ou seja, com capacidade comprovada de competitividade no mercado e que consagrassem a maior parte de seu tempo de trabalho à atividade agrícola tirando dela o essencial de suas rendas.

O modelo de produção extrativista utilizado pelas agricultoras familiares apresenta uma lógica própria na utilização dos elementos naturais, baseada no equilíbrio da família e no comportamento econômico em que ela se encontra. De acordo com Denardi (2001) um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; e de reprodução social. Nesse contexto, as agricultoras têm parcela de contribuição considerável devido a sua estreita relação com a produção e autoconsumo, conhecimentos sobre sementes, técnicas de plantio e de armazenamento e frutos nativos e conservação da biodiversidade do Cerrado.

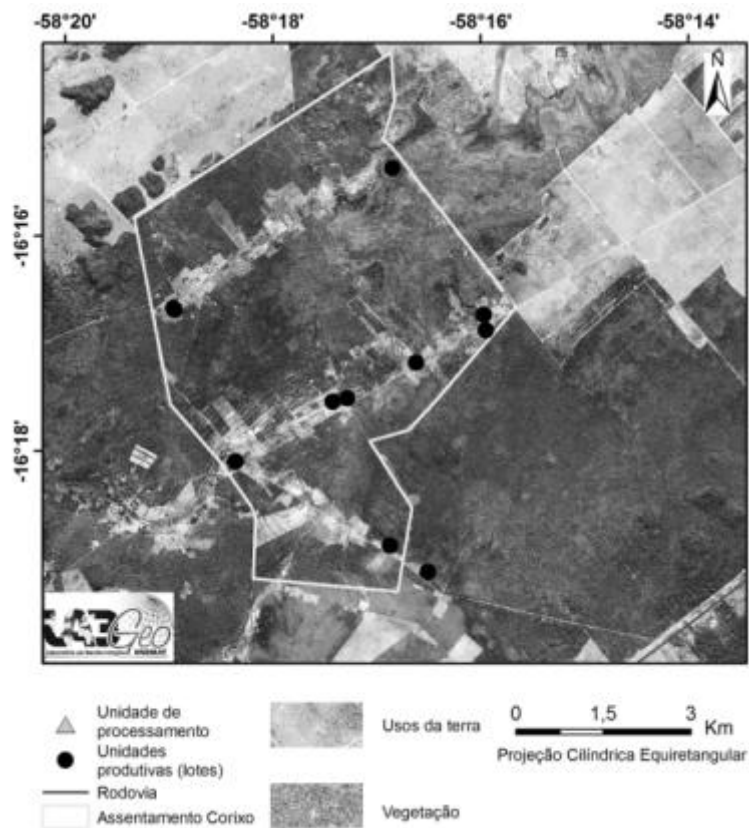
Ainda segundo Vieira et al. (2007) a utilização dos frutos nativos pode ser uma opção para melhorar a saúde da população e para agregar valor aos recursos naturais disponíveis no Cerrado, melhorando a renda das pequenas comunidades rurais e favorecendo a preservação das espécies nativas.

Frente ao exposto, pode-se afirmar que nos assentamentos analisados ocorre diversificação da produção, incluindo o desenvolvimento do extrativismo, como estratégia de sobrevivência nas áreas de reforma agrária, possibilitando melhorias nas condições de vida das famílias assentadas. Essas melhorias são evidentes quando se compara a vida das famílias antes e depois da criação dos assentamentos, medida pelo acesso aos bens de consumo e serviços sociais, bem como pela sua capacidade de produção e geração de renda. Constata-se que a produção de base extrativista realizada pelas agricultoras entrevistadas mostrou-se como alternativa viável para as pequenas áreas enquanto forma de complementação de renda e de possibilidade de manutenção da terra e da vida.

Em relação a distribuição, das unidades produtivas (lotes) dos assentamentos extrativistas, o assentamento Bom Jardim/Furna São José (Figura 5) e Margarida Alves (Figura 7) apresentam menor distância entre as residências das famílias de agricultoras extrativistas. No Corixo (Figura 6) as distâncias entre as residências das famílias são maiores e na organização do trabalho extrativista deste assentamento, participa uma agricultora do assentamento vizinho (Katira). Porém, as 30 agricultoras têm uma aproximação social, uma vez que todas se conheceram através dos intercâmbios que realizam no próprio assentamento e entre os assentamentos extrativistas. Além disso, as agricultoras dos três assentamentos decidiram criar em 2009 a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP cujo objetivo foi de firmar novos contratos e melhorar a renda das famílias (MENDES et al., 2011). A diretoria da associação é composta por agricultoras extrativistas dos três assentamentos.



**Figura 5:** Distribuição espacial das unidades produtivas no assentamento Bom Jardim/Furna São José.  
**Fonte:** LABGEO/UNEMAT, 2012.



**Figura 6:** Distribuição espacial das unidades produtivas no assentamento Corixo.  
**Fonte:** LABGEO/UNEMAT, 2012.



**Figura 7:** Distribuição espacial das unidades produtivas no assentamento Margarida Alves.

**Fonte:** LABGEO/UNEMAT, 2012.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida sobre o perfil das agricultoras familiares extrativistas da região sudoeste matogrossense, pertencente à bacia do Alto Paraguai, evidencia que, apesar da falta de infraestrutura e de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar no estado, às famílias assentadas têm conseguido permanecer e sobreviver na terra conquistada. Isso acontece devido às estratégias de sobrevivência criadas pelas famílias no processo de consolidação do assentamento.

Além disso, observa-se que as agricultoras estabeleceram uma nova fase relação com a biodiversidade, fortalecendo a agricultura familiar e preservando a biodiversidade regional, contribuindo para a produção de alimentos em quantidade e qualidade para consumo próprio e também para a venda ao mercado institucional, com base em princípios agroecológicos e de promoção da segurança alimentar.

O trabalho também pretendeu contribuir na perspectiva que as informações geradas subsidiem a proposição de políticas públicas que favoreçam a valorização destes no processo de desenvolvimento regional, através da replicação desta experiência em outras comunidades e também de valorização da luta das agricultoras para que o Programa de Aquisição de Alimentos transforme de fato em uma política pública, visto que hoje é apenas um programa que pode acabar a qualquer momento, prejudicando milhares de agricultores de todo o Brasil.

Os três assentamentos tem como tema mobilizador a segurança alimentar e a geração e renda, o que ressalta o papel que cumpre as agricultoras nesse campo, mesmo com todas as dificuldades encontradas como falta de uma política de comercialização específica para as mulheres, falta de financiamentos para a produção, além de maior valorização dos produtos extrativistas.

Nesse sentido, constatou-se que as agricultoras que praticam o sistema de produção baseado no extrativismo de frutos do Cerrado têm obtido resultados econômicos, sociais e ambientais que permitem a reprodução das famílias na terra. Observa-se assim que o desenvolvimento do extrativismo nas áreas de assentamento além de contribuir na segurança alimentar das famílias; promove entre as famílias valores de equidade e solidariedade; reforça os valores de trabalho e família; valoriza a organização feminina e o trabalho por elas realizado e também, valoriza a natureza através do respeito aos seus limites de produção.

Por fim, ressalta-se a importância da presente pesquisa enquanto subsídio para a implantação de políticas públicas voltadas para o campo que possibilitem o desenvolvimento das famílias nas áreas de reforma agrária.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT pela concessão da bolsa de estudos.

Ao apoio financeiro do Programa Universidades e Comunidades no Cerrado – UNICOM, através do Projeto “FLORELOS: Elos Eossociais entre as Florestas Brasileiras: Modos de vida sustentáveis em paisagens produtivas”, desenvolvido pelo Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN com apoio financeiro da União Européia. Este documento é de responsabilidade dos autores não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição de seus doadores.

Ao projeto Modelagem de indicadores ambientais para a definição de áreas prioritárias e estratégicas à recuperação de áreas degradadas da região sudoeste de Mato Grosso/MT”, vinculado à Sub-rede de estudos sociais, ambientais e de tecnologias para o sistema produtivo na região sudoeste mato-grossense – REDE ASA, financiada no âmbito do Edital MCT/CNPq/FNDCT/FAPs/MEC/CAPES/PRO-CENTRO-OESTE Nº 031/2010.

## REFERÊNCIAS

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. **Caderno de Soberania e Segurança Alimentar. II Encontro Nacional de Agroecologia**, Recife, 2007. 44p.

BIANCHINI, V. Políticas diferenciadas para a agricultura familiar: em busca do desenvolvimento rural sustentável. In: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: contribuições ao debate. Cadernos do CEAM*, v. 5, n. 17, p. 81-98, 2005.

BIONDI, A.; MONTEIRO, M.; GLASS, V. **O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade**. Centro de Monitoramento de agrocombustíveis. São Paulo: ONG Repórter Brasil, 2008.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

BRASIL. Instrução Especial do INCRA nº. 20/1980. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/129-instrucao-especial-n-20-28051980>>. Acesso em: 16 mai. de 2103.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: contribuições ao debate. Cadernos do CEAM*, v. 5, n. 17, p. 43-58, 2005.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul./set. 2001.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (2): p. 199-217, dez. 2008.

INCRA/FAO. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999. 65p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 jul. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2010/default.shtm>>. Acesso em: 15 jul. de 2012.

JALIL, L. Soberania Alimentar, feminismo e ação política. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 9-11, dez. 2009.

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, p. 111-130, jan/dez. 2006.

MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - MT + 20**. Cuiabá: Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso, Parte II, 2008. 342p.

MEDAETS, J. P.; GREENHALGH, A. A.; LIMA, A. C. M. A.; SOUZA, D. F. **Agricultura familiar e uso sustentável da agrobiodiversidade nativa**. Programa Biodiversidade Brasil-Itália, Brasília-DF, 2006. 172p.

MEDEIROS, L; LEITE, S. **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas**. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Ed. Universidade UFRGS/CPDA, 1999. 307p.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J. Renda e uso dos frutos nativos do Cerrado no PA Corixinha em Cáceres/MT, fronteira Brasil/Bolívia. **Revista GeoPantanal**, v. 6, n. 11, p. 73-82, jul/dez. 2011.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. Políticas e estratégias de ocupação. In: **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 34-51.

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **O desafio do desenvolvimento agrário**. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/>>. Acesso em: 19 jul. de 2012.

NEVES, S. M. A. S.; NUNES, M, C, M.; NEVES, R. J. Caracterização das condições climáticas de Cáceres/MT Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídios às atividades agropecuárias e turísticas municipais. **B. goiano. geogr.**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 55-68, jul./dez. 2011.

PACHECO, M. E. L.; CARDOSO, E. M. A sustentabilidade da produção agroecológica também é uma questão de gênero. **Revista Ação Ambiental**, ano VIII, n. 31, p. 30-33, mai/jun. 2005.

PANDOLFO, M. C. O programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Revista Agriculturas**, v. 5, n.2, p. 14-17, dez. 2008.

PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da região de Jales-SP. **Rev. Bras. Frutic.**, v. 30, n. 2, p. 356-360, jun. 2008.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: Petersen, P. (org). **Agricultura familiar camponesa: na construção do futuro**. Rio de Janeiro, ASPTA, 2009. p. 17-31.

PNUD. Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 25 ago. de 2012.

PUHL, V. J. De uma agricultura sustentada à sustentável. *In*: Alves, A.; Puhl, J. I.; Frank, J. (orgs). **Caderno Mato Grosso Sustentável e Democrático**. Formad: Cuiabá-MT, 2006. p. 71-83.

REGO, J. F. **Amazônia do Extrativismo ao Neoextrativismo**. 1999. Disponível em: <[http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo\\_neoextrativismo.pdf](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo_neoextrativismo.pdf)>. Acesso em: 10 jul. de 2012.

SACHS. I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 152p.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. *In*: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: contribuições ao debate. **Cadernos do CEAM**, v. 5, n. 17, p. 23-42, 2005.

SIMÕES, A. C. **Caracterização dos agricultores familiares – agentes multiplicadores – em assentamentos rurais da região de Andradina (SP)**. 2006. 73f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira/SP, 2006.

VIEIRA, R. F.; AGOSTINI-COSTA, T. S.; SILVA, D. B.; FERREIRA, F. R.; SANO, S. M. **Frutas nativas da região Centro-Oeste do Brasil**. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnológicos, Brasília-DF, 2007. 320p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 25-40.

WEID, J. M. V. D. Agroecologia e agricultura familiar para o aumento da segurança alimentar: uma visão geral. *In*: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: contribuições ao debate. **Cadernos do CEAM**, v. 5, n. 17, p. 59-80, 2005.

**Data de submissão:** 21.06.2013

**Data de aceite:** 08.08.2014

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.